

# Luz no fim do túnel para o Brasil

» DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR

Médico, professor emérito da UnB, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, membro titular da Academia Brasileira de Pediatria, ex-presidente do Global Pediatric Education Consortium (Gpec)

Nenhuma sociedade será humana se não acolher, proteger e educar a sua infância. Sem o devido respeito, essa faixa etária não alcançará a dimensão intelectual que potencialmente possui. De fato, a estruturação do cérebro é a única base das funções mais diferenciadas da espécie Homo sapiens, entre as quais vale salientar o pensamento, a reflexão, a criatividade, a dinâmica espiritual, a visão altruísta, os sentimentos de afeto, amizade, ternura e amor.

Em sintonia com o padre e paleontólogo francês Teilhard de Chardin, torna-se claro que o processo de “cerebralização” das espécies animais abriu o caminho evolutivo da mente rumo aos valores humanos que se desdobram ao longo do tempo. Esta visão é bem confirmada pelo progresso científico que permite destacar, como prioridade absoluta, o investimento na formação adequada do cérebro, que requer saúde e educação de qualidade na infância. Ademais, torna-se evidente que investir em saúde e educação só faz sentido se for iniciativa absolutamente igualitária. Do contrário, a sociedade será mais desumana, enferma e deseducada, como se confirma em nosso país.

Se a cerebralização praticamente completa de um cidadão ocorre durante os seis primeiros anos de vida, investir na primeira infância não pode mais ser visto com desprezo e desleixo. É a única etapa de vida do ser humano na qual se estrutura e amadurece o cérebro. Portanto, o adulto somente poderá alcançar um nível de inteligência adequado se tiver recebido a proteção e o estímulo educativo de qualidade durante a primeira infância. Do contrário, não contará mais com o potencial cognitivo porque sua capacidade de aprendizagem como criança será irrecuperável. Perde-se assim o nível de inteligência passível de ser alcançado pelo adulto, com enorme prejuízo para a cidadania.

Com efeito, o consumismo fanático, que vai tomando conta do mundo, investe nas estratégias de condicionamento comportamental que domina as faixas da população cuja mente não está bem dotada de capacidade cognitiva devidamente convertida em educação verdadeira. É o império da era moderna que comanda a humanidade.

A imagem da criança nunca foi tão utilizada para a propaganda de produtos a serem quase que obrigatoriamente consumidos na infância. É um desrespeito grave cometido contra os seres humanos na fase construtiva da personalidade, durante a qual os valores humanos não podem nem devem ser subestimados em benefício de interesses empresariais.

Os países que captaram tão importante prova científica em favor da educação



igualitária e de qualidade mostraram possuir um compromisso incomparável com os direitos de todos os seres humanos. Investiram, há bom tempo, nas creches e jardins da infância, não apenas no elevado padrão das suas unidades imobiliárias e equipamentos educativos coerentes com a respectiva faixa etária. Promoveram, também, projetos de formação adequada dos cuidadores da infância, que passaram a ser profissionais cada vez mais respeitados e valorizados pela sociedade. Seus salários são bem justos e motivadores da adesão àquela atividade profissional.

Para os governantes dos respectivos países, trata-se de uma função prioritária, pois aqueles que a exercem possuem competência para cuidar da formação do ser humano numa fase de incomparável capacidade de adquirir conhecimentos e perfil comportamental construtivo, indispensável ao papel fundamental dos adultos de uma sociedade. É o chamado capital cognitivo, ao qual as nações realmente progressistas atribuem

muito mais valor do que ao capital financeiro.

Esse cenário evolutivo já caracteriza a maior parte dos países da União Europeia, com especial referência àquelas da península da Escandinávia. São os que possuem o mais alto nível de educação infantil e quase nenhuma desigualdade social.

Em nosso país, a fé inabalável das elites no capital financeiro está na gênese das mais desastrosas realidades, nas quais sobrevive a maioria da população brasileira. São exemplos: a fome; a desnutrição; o analfabetismo; a enorme desigualdade social; a versão moderna da escravidão; os preconceitos racistas; a violência; a falta de escolas de qualidade para todos; o menor salário dos professores; a baixa condição de moradia para os pobres, revelada pela crescente população que vive na rua; as taxas mais altas de homicídio, feminicídio e infanticídio, entre outros. Em suma, a projeção do capital cognitivo acima do financeiro é a luz no fim do túnel para tirar o Brasil do atraso.

## A verdade: impostos serão reduzidos

» ANDRÉ CLEMENTE

Secretário de Economia do DF

A primeira boa notícia de 2022 é que os impostos serão reduzidos. E mais: alguns terão prazo de pagamento ampliado e o desconto para quem pagar em cota única será dobrado. O governo Ibaneis Rocha, ao contrário de administrações anteriores, não aumentou nenhum imposto. Ao contrário, promoveu importantes isenções e reduções de ICMS e ISS sobre produtos e serviços.

Assim, o ano começa com menos imposto sobre mais 14 produtos da cesta básica do DF e isso se soma a um grande esforço de promoção de justiça fiscal. Nos programas Pró-Economia I e II, há mais de 50 ações de redução, isenção, e perdão de tributos.

Não há sentido em falar de aumento de alíquotas de IPTU e IPVA, como a oposição tenta fazer. Essa informação é distorcida e falsa. A verdade é que o GDF reduziu os índices do IPVA em meio ponto percentual.

O que sofre reajuste todo ano é a pauta de valores que serve como base de cálculo para o imposto. IPVA e IPTU são cobrados com base no valor dos bens, conforme determinado pela legislação, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE para medir a inflação. Entre agosto de 2020 e agosto de 2021, o INPC ficou em 10,42%, reflexo do momento econômico vivido pelo país.

No caso do IPVA, historicamente, a pauta de valores dos veículos é baseada na Tabela Fipe. No entanto, entre 2020 e 2021, a Tabela Fipe foi distorcida pela alta valorização dos veículos usados, o que elevou muito a porcentagem de reajuste. Para não penalizar o contribuinte, o GDF alterou a base do reajuste do IPVA para o INPC, mesmo índice do IPTU.

Outros benefícios foram implementados. Em 2022, o desconto para pagamento em cota única sobe de 5% para 10%. O IPTU e o IPVA de 2022 também poderão ser parcelados em até seis vezes.

Com o Refis de 2020, empresas e cidadãos puderam renegociar tributos com até 95% de desconto nas multas e 50% no valor principal das dívidas. Com adesão recorde e mais de R\$ 3,1 bilhões negociados, empresas reequilibraram os caixas, voltaram a investir e a gerar emprego e renda.

Do valor total negociado no Refis, mais de R\$ 670 milhões já estão sendo revertidos em obras e programas importantes para a população, sobretudo a mais carente e vulnerável.

Só é possível propor e executar medidas de tamanho vulto e impacto positivo no dia a dia da população com responsabilidade fiscal e um ambiente econômico saudável e mais dinâmico, que pode ser medido pelo aumento da arrecadação – mesmo com as reduções tributárias e dificuldades impostas pela pandemia.

Ao diminuir os impostos e promover justiça fiscal, o GDF reaqueceu a economia local, devolveu a confiança a investidores e estabeleceu um diálogo permanente com o setor produtivo. As ações estão de acordo com as demandas reais dos empreendedores e entidades representativas.

Outra vitória importante é o orçamento que, de R\$ 42 bilhões em 2019, foi aumentado para R\$ 48 bilhões em 2022, um salto de R\$ 7 bilhões. Isso é resultado de muito planejamento econômico e ambiente favorável, construído desde os primeiros dias de governo.

Até o terceiro quadrimestre de 2020, o Distrito Federal apresentou uma receita total realizada de R\$ 24,9 bilhões, contra uma despesa total empenhada de R\$ 23,4 bilhões. Isso significa um superávit orçamentário positivo de R\$ 1,5 bilhão no ano.

Dentre as receitas correntes realizadas, destaca-se a receita tributária com participação de 69,66%. O ICMS, com 49,94% da receita tributária realizada, foi o imposto de maior arrecadação.

Os limites referentes à dívida consolidada líquida, gasto de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida e às operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com resultado primário de R\$ 1,6 bilhão.

Com o desempenho apurado, o Distrito Federal melhorou sua nota de Capacidade de Pagamento (Capag) avaliada pelo Tesouro Nacional, que mede a saúde fiscal dos estados e municípios. Pela primeira vez desde 2014, o DF passou da letra C para a letra B.

Nas gestões anteriores à do governador Ibaneis Rocha, o cenário era de aumento constante de carga tributária e consequente fechamentos de empresas, falta de operações de crédito e de confiança, um círculo defeituoso que impossibilitava o GDF conseguir recursos para investir.

Com o trabalho de fortalecimento econômico dos últimos três anos, o GDF reverteu este cenário, melhorou sua Capag e está encaminhando quatro operações de crédito, com valor superior a R\$ 2,3 bilhões, para investir em obras e na modernização da gestão pública.

O GDF também implementou várias medidas para os servidores, que são o oxigênio da máquina pública. Além de constantes ações de valorização e qualidade de vida, viabilizou o pagamento da terceira parcela de reajuste, a partir de abril de 2022, cumprindo uma promessa do governador Ibaneis Rocha, que põe fim a anos de espera por servidores de diversas categorias.

Os tempos são difíceis, recomendam atenção permanente, mas é preciso comemorar conquistas que se traduzem num ambiente mais saudável para os negócios e mais acolhedor para a população. Os resultados são reais e podem ser comprovados e sentidos pelo setor produtivo e pela população. Todas as ações do GDF estão disponíveis para consulta de forma transparente nos meios oficiais. Que a oposição fique com as informações falsas.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Longe da democracia e perto dos partidos

Quando aqueles a quem a lei lhes atribui o poder de legislar exercem essa faculdade não para o bem coletivo, mas em próprio proveito e disso se servem até para enriquecer, o que pode restar à população, que a tudo observa, com olhar manso de um bovino, é sujeitar-se a esses desmandos, colhendo os restos que caem da mesa farta desses pantagruélicos políticos. Uma outra alternativa, mais eficaz, está na tomada de firme posição, pela parte mais esclarecida da população e que não mais tolera a condição de cidadão explorado e ludibriado por uma elite política que é a razão e causa perpétua da maioria dos problemas nacionais, desde que eles existem.

Como a verdadeira reforma política não veio e jamais virá pelas mãos daqueles que, com essas mudanças, perderiam, de vez, suas sinecuras, governichos e prebendas, é preciso ir fazendo valer a vontade da razão e da ética, por meio de iniciativas que custurem, pelas beiradas, um conjunto de ações capaz de alterar o status quo vigente, dando novos significados a regras e ordenamentos sem que isso ofenda a letra da Constituição.

De certo modo, é o que vamos observando, de forma ainda tímida no cenário nacional. Lançamentos de pré-candidaturas avulsas, para diversos cargos nas eleições de 2022, todas elas desvinculadas de legendas partidárias, são anunciadas aqui e ali, sem muito alarde e mesmo sem muito apoio da mídia tradicional. O fato é que existe uma forte vontade latente em muitos nichos da sociedade brasileira para que candidatos desvinculados de partidos políticos se lancem nas disputas.

As razões que levam a iniciativas isoladas desse tipo são inúmeras, e todas elas consistentes e racionais. Dado o grau de degeneração que tomou conta das legendas nacionais, todas elas transformadas em empresas, com patrões e donos, todos eles peritos profissionais em obter vantagens do erário público, fica fácil entender as razões que levam postulantes a se lançarem em campanhas de modo solo. Ainda que essa possibilidade seja vedada pelo ordenamento jurídico do Tribunal Superior Eleitoral, em consonância com o que espertamente decidiu o próprio Congresso por meio da Lei nº 13.488/2017, atraindo essa matéria diretamente para uma espécie de monopólio odioso dos partidos, há, de fato, um anseio dos eleitores por mudanças desse modelo.

Mesmo que o cidadão comum já comece a desconfiar de que em uma democracia na qual cabe apenas aos seus proprietários o direito de indicar quem eles querem, principalmente dentro do Legislativo e do Executivo, não pode ser grande coisa. As crises cíclicas provam que a população tem razão em desconfiar desse modelo. Ainda que tenha se transformado em ponto passivo para as instituições do Estado, essa questão está longe de ser consenso para o grosso da população.

Sem uma reforma partidária que acabe com o monopólio dos partidos sobre todo o processo eleitoral, o que se tem é um modelo pré-fabricado que não atende ao cidadão e, muito menos, ao Estado Democrático de Direito, conforme desenhado pela Constituição de 1988. A questão é saber até quando um modelo como esse que aí está, irrigado com cada vez mais dinheiro público, irá funcionar sem antes levar a um esgarçamento violento entre a população e as instituições.

Outro ponto tão importante quanto a libertação dos candidatos do monopólio interesseiro dos partidos diz respeito ao próprio enxugamento do número de legendas, reduzindo as mais de três dezenas de agremiações, que nem programas partidários consistentes apresentam, em apenas quatro ou cinco siglas com assento no Congresso. Nas próximas eleições, que já fervilham nos bastidores, muito antes da largada oficial, o que se verifica é a formação de verdadeiras aglutinações ou federações de partidos, concentrando legendas tanto da direita quanto da esquerda e de centro, cada grupo empenhado numa candidatura específica.

Se tal fenômeno pode ocorrer em tempos de eleição, pode ocorrer também fora delas, o que prova a tese de que enxugar o número dos partidos, para quatro ou cinco é não só possível como viável. O que os eleitores desejam é um Congresso com poucos partidos, todos eles com clareza ideológica e programática, capaz de possuir uma genuína ligação com os cidadãos, de preferência turbinado com recursos oriundos dos próprios filiados.

O que o eleitor anseia, há décadas, são legendas representadas por indivíduos probos e, portanto, isentos de processo por corrupção e outros malfeitos. As atuais federações de partidos, que hoje se organizam para as eleições de 2022, poderiam, se houvesse alguma racionalidade e vontade de aperfeiçoamento de nossa democracia, constituir-se em partidos políticos permanentes dentro do Parlamento, reunindo forças da direita, esquerda, centro-direita e centro-esquerda, num esquema partidário moderno e totalmente voltado para a defesa do bem público.

Enquanto a população permitir que as atividades política e empresarial sejam a mesma coisa, com políticos aparecendo rotineiramente nas páginas policiais, o nosso modelo de democracia permanecerá como está, confeccionado para o enriquecimento de grupos, dentro e fora da máquina do Estado, obrigando o eleitor a bancar um esquema viciado e corrompido desde a origem e que passa longe de qualquer coisa que se assemelhe a uma verdadeira democracia.

### »» A frase que foi pronunciada

“Nossos filhos devem aprender a estrutura geral de seu governo e, então, eles devem saber onde eles entram em contato com o governo, em que isso afeta seu dia a dia e como sua influência é exercida sobre o governo. Não deve ser uma coisa distante, eles devem ver como cada engrenagem na roda de uma democracia é importante e que têm uma parcela de responsabilidade pelo bom funcionamento de toda a máquina.”

Eleanor Roosevelt

### »» História de Brasília

Os funcionários da Câmara que residem nas casas da Caixa Econômica receberam a informação de que, a partir de julho do próximo ano, passarão a pagar Cr\$ 22.600,00 de aluguel, sendo que, atualmente, pagam oito mil cruzeiros. (Publicada em 16/02/1962)